



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Os impactos que a integração de Macau na Grande Baía pode causar a nível pessoal**

Em resposta às solicitações do Governo Central sobre a cooperação de Macau com Henqing e a integração na Grande Baía, o Governo da RAEM tem incentivado activamente os seus residentes a investir e avançar com negócios no Interior da China, bem como tem incentivado e ajudado os residentes de Macau, especialmente os jovens, a procurar emprego no Interior da China, afirmando que isto serve para os jovens abrirem os seus horizontes. No entanto, todas as políticas têm sempre vantagens e desvantagens, portanto, teremos de ver se o Governo da RAEM tem ou não capacidade para fazer valer as vantagens e ultrapassar as desvantagens.

Um cidadão revelou-me que, há alguns anos, quis ser pioneiro e investiu num negócio na China, e até teve grande sucesso nesse seu negócio. No entanto, devido à epidemia, a sua empresa faliu, devido aos avultados prejuízos sofridos, e com o negócio fracassado, regressou a Macau e teve de pedir ajuda aos amigos. Mas, como toda a gente sabe, “não se consegue ajudar um pobre para sempre”. Este cidadão esforçou-se por encontrar trabalho, mas nesta situação de epidemia, não é fácil encontrar emprego e, como no passado, não trabalhou em Macau, não reúne os requisitos para receber o subsídio de desemprego. Assim, recorreu ao Instituto de Acção Social (IAS) para pedir apoio financeiro, mas o seu pedido foi indeferido, com a alegação de que ele não tinha residido em Macau nos últimos 18 meses. Entretanto, tentou pedir, por razões humanitárias, o levantamento da verba do Fundo de Previdência Central, mas foi considerado que não estavam preenchidos os critérios



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para o levantamento antecipado dessa verba. Este senhor está agora à beira do abismo e desesperado.

Este caso demonstra que os residentes podem ter oportunidades no exterior, tal como na Grande Baía e em Henqing, mas também que existem riscos, porque se o negócio falhar ou se ficarem desempregados, e quiserem regressar a Macau, vão precisar do apoio da família, pois caso contrário, poderão não conseguir sobreviver, uma vez que não conseguem obter qualquer apoio público. Todos sabem que não há garantias de sucesso nem na criação de negócio nem no emprego. As pessoas não podem seguir as solicitações do Governo para integrar o projecto da Grande Baía e apostar tudo sem pensar nas consequências, isto é, “não se pode apostar tudo no ataque e, depois, venha o que der e vier”.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM está a incentivar os seus residentes a deslocarem-se para a Grande Baía, incluindo Hengqin, para a criação de negócios ou para encontrarem emprego. O Governo deve aperfeiçoar os respectivos regimes, nomeadamente, garantir apoio eficaz aos residentes, para que estes possam atacar (construir a sua vida no Interior da China) e defender-se (sem perder o apoio público à subsistência após o regresso a Macau, mesmo depois de terem falhado), pois só assim é que os residentes podem aventurar-se sem preocupações. O Governo vai aperfeiçoar os respectivos regimes?
2. De acordo com um recente acórdão do Tribunal de Última Instância, as pessoas que não residem em Macau não são consideradas como “residindo habitualmente em Macau”. Actualmente, a empresa de Renovação Urbana



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

está a desenvolver um projecto de “Novos moradores de Macau” na Ilha de Hengqin, que irá dispor de 4 mil fracções para serem vendidas aos residentes de Macau, isto é, no futuro, vamos ter 4 mil famílias a residir em Hengqin, na zona dos “Novos moradores de Macau”. Será que estes futuros residentes de Hengqin vão ser afectados na atribuição da verba a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais por não residirem em Macau 183 dias por ano? Vão ser também afectados nos pedidos de apoio económico por não terem residido em Macau nos últimos 18 meses?

3. No futuro, os residentes de Macau que se encontrem a residir na zona dos “Novos moradores de Macau” em Hengqin terão de pedir o título de residência do Interior da China, porque, efectivamente, estão a residir no Interior da China. Então, os rendimentos do trabalho e outros destes residentes de Macau que estão a residir efectivamente no Interior da China e dispõem do referido título de residência são contabilizados para efeitos de imposto de rendimentos do Interior da China. O Governo sabe disto? Isto deve ser um factor de ponderação importante para os residentes de Macau que pretendam residir na zona dos “Novos moradores de Macau” em Hengqin. Será que o Governo da RAEM vai disponibilizar estas informações de forma completa, precisa e clara aos residentes que pretendem adquirir as referidas fracções?

30 de Abril de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Au Kam San**